



CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS

MINAS GERAIS

PROPOSIÇÃO DE LEI COMPLEMENTAR Nº CM-006/2023

Altera o art. 18 da Lei Complementar nº 07, de 28 de dezembro de 1991, que aprova o Código Tributário e Fiscal para o Município de Divinópolis, e dá outras providências.

O povo do Município de Divinópolis, por seus representantes legais, aprova e eu, na qualidade de Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O §3º do art. 18 da Lei Complementar nº 07, de 28 de dezembro de 1991 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 18. (...)

§ 3º A cobertura para fins de proteção da laje que não possua divisão interna, banheiro, vaso, pia, tanque, churrasqueira e que não se caracterize como área gourmet, não será considerada área construída (A.C), desde que, caso tenha fechamento nas laterais, este seja inferior a 1,10 m de altura; não se aplicando a mesma regra de fechamento nas laterais para imóveis que estejam construídos a menos de 1,50 m da divisa, situação que exige o fechamento completo da altura sem descaracterizar a exclusão do espaço como área construída (A.C).

Art. 2º Será permitido escada de acesso à cobertura exclusivamente para manutenção em caixas d’água e antenas.

Art. 3º Fica revogado o §4º do art. 18 da Lei Complementar nº 07, de 28 de dezembro de 1991.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

Divinópolis, 28 de novembro de 2023.

Vereador Israel da Farmácia
Presidente da Câmara em exercício

Vereador Zé Braz
1º Secretário



CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS

MINAS GERAIS

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº EM-032/2023

Regulamenta a Lei Federal nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de Assistente Social e de Psicologia nas redes públicas de Educação Básica, e altera a Lei nº 7.290, de 16 de fevereiro de 2011.

O povo do Município de Divinópolis, por seus representantes legais, aprova e eu, na qualidade de Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Rede Pública Municipal de Educação Básica do Sistema de Ensino do Município de Divinópolis-MG disporá de serviços de Psicologia e de Serviço Social.

§ 1º O Assistente Social e o Psicólogo considerarão as diretrizes da Rede Pública Municipal de Educação Básica e o projeto político pedagógico das respectivas unidades de ensino.

§ 2º O Assistente Social e o Psicólogo terão como atribuições o especificado na Lei nº 7.290/11, que dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos e Salários dos Servidores da Educação do Poder Executivo do Município de Divinópolis.

§ 3º O Assistente Social e o Psicólogo integrarão equipes multiprofissionais da educação básica, para atender às necessidades e prioridades definidas pela política de educação, cumprindo-lhes apresentar aptidão técnico-profissional bastante para o desempenho das atribuições específicas.

Art. 2º A atuação do Assistente Social e o Psicólogo na Rede Pública Municipal de Educação Básica dar-se-á na observância das leis, regulamentações, instrumentais teóricos e metodológicos do Serviço Social e da Psicologia.

Parágrafo único. Considerar-se-á a dimensão da subjetividade, sem reduzi-la a uma perspectiva individualizante, afastando-se do modelo clínico assistencial.

Art. 3º Os referidos profissionais serão nomeados nos respectivos cargos públicos após aprovação em concurso público, conforme regras estatutárias, devendo, o Assistente Social ser bacharel em Serviço Social e o Psicólogo ser bacharel em Psicologia, com registro ativo nos respectivos Conselhos Profissionais.



CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS

MINAS GERAIS

Parágrafo único. O processo de seleção de candidatos, mediante concurso de provas ou provas e títulos, deverá conter etapa correspondente a exame psicotécnico, capaz de atestar a aptidão para ingresso nos cargos, de caráter eliminatório.

Art. 4º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a contratar Assistente Social e Psicólogo, por intermédio de processo seletivo simplificado, enquanto não for concluído concurso público municipal, com o propósito de preenchimento de vagas.

Art. 5º O art. 3º da Lei nº 7.290, de 16 de fevereiro de 2011, passa a vigorar acrescido do parágrafo único, com a seguinte redação:

“Art. 3º (...)

Parágrafo único. Para os cargos técnicos de Assistente Social da Educação e Psicólogo da Educação, o concurso público de provas ou provas e títulos deverá conter etapa correspondente a exame psicotécnico, capaz de atestar a aptidão para ingresso nos cargos, de caráter eliminatório.”

Art. 6º A alínea “b” do inciso VI do art. 5º da Lei nº 7.290, de 16 de fevereiro de 2011, passa a vigorar acrescida dos itens 5 e 6, com a seguinte redação:

“Art. 5º (...)

VI - (...)

b) (...)

5. Servidor Técnico de Nível Superior da Saúde;

6. Servidor Técnico de Nível Superior do Serviço Social.”

Art. 7º O art. 7º da Lei nº 7.290, de 16 de fevereiro de 2011, passa a vigorar acrescido do inciso IV, com a seguinte redação:

“Art. 7º (...)

IV - Profissionais Técnicos de Nível Superior da Saúde e do Serviço Social.”

Art. 8º O art. 8º da Lei nº 7.290, de 16 de fevereiro de 2011, passa vigorar acrescido do inciso V em seu *caput*, desdobrado nas alíneas “a” e “b”, com a seguinte redação:

“Art. 8º (...)

V - Servidor Técnico de Nível Superior da Saúde e do Serviço Social:

a) Assistente Social da Educação;

b) Psicólogo da Educação.”



CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS

MINAS GERAIS

Art. 9º O art. 16 da Lei nº 7.290 de 16 de fevereiro de 2011, passa a vigorar acrescido do inciso V ao seu *caput*, desdobrado nas alíneas “a”, “b” e “c”, com a seguinte redação:

“Art. 16 (...)

V - Servidor Técnico de Nível Superior da Saúde e do Serviço Social:

a) Progressão de 6% (seis por cento) para os profissionais que tenham concluído o curso de Pós-Graduação na área de formação, em instituição autorizada pelo MEC;

b) Progressão de 8% (oito por cento) para os profissionais que tenham concluído o curso de Mestrado na área da formação, em instituição autorizada pelo MEC;

c) Progressão de 10% (dez por cento) para os profissionais que tenham concluído o curso de Doutorado, na área da formação em instituição autorizada pelo MEC.”

Art. 10. Fica acrescido ao Anexo I-I (Quadro Geral dos Servidores Municipais da Educação, Denominação de Cargos e Atribuições) da Lei nº 7.290 de 16 de fevereiro de 2011, os cargos de Assistente Social e de Psicólogo, com a seguinte redação:

DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	DESCRIÇÃO SUMÁRIA	ATRIBUIÇÕES DO CARGO
Assistente Social da Educação	Atividade de nível superior de grande complexidade envolvendo execução qualificada, de planejamento, coordenação, orientação e intervenções necessárias ao suporte da ação educativa, pedagógica e atendimento aos educandos, familiares e profissionais das unidades educacionais, compondo a Equipe Multiprofissional da Rede Pública de Educação Básica.	<ul style="list-style-type: none">- Contribuir com o direito à educação, bem como o direito ao acesso e permanência na escola com a finalidade da formação dos estudantes para o exercício da cidadania, preparação para o trabalho e sua participação na sociedade;- Subsidiar a elaboração de projetos pedagógicos, planos e estratégias, a partir de conhecimentos de políticas sociais, bem como do exercício e da defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;- Contribuir para a garantia da qualidade dos serviços aos estudantes, garantindo o pleno desenvolvimento da criança e do adolescente, contribuindo assim para sua formação, como sujeitos de direitos;- Participar da elaboração, execução e avaliação de políticas públicas voltadas à educação;- Contribuir no processo de ensino-aprendizagem de modo a assegurar a universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;- Contribuir no fortalecimento da relação da escola com a família e a comunidade, na perspectiva de ampliar a sua participação na escola;- Aprimorar a relação entre a escola, a família e a comunidade de modo a promover a eliminação de todas as formas de preconceito;- Intervir e orientar situações de dificuldades no processo de ensino--aprendizagem, evasão escolar, atendimento educacional especializado;- Contribuir com o processo de inclusão e permanência dos alunos com necessidades educativas especiais na perspectiva da inclusão escolar;



CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS

MINAS GERAIS

DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	DESCRIÇÃO SUMÁRIA	ATRIBUIÇÕES DO CARGO
		<ul style="list-style-type: none">- Criar estratégias de intervenção frente a impasses e dificuldades escolares que se apresentam a partir de situações de violência, uso abusivo de drogas, gravidez na adolescência, assim como situações de risco, reflexos da questão social que perpassam o cotidiano escolar;- Atuar junto às famílias no enfrentamento das situações de ameaça, violação e não acesso aos direitos humanos e sociais, como a própria educação;- Favorecer o processo de inclusão e permanência do estudante com necessidades educativas especiais;- Participar de ações que promovam a acessibilidade;- Fortalecer e articular parcerias com as equipes dos Conselhos Tutelares, CRAS, CREAS, unidades de saúde, movimentos sociais dentre outras instituições, além de espaços de controle social para viabilizar o atendimento e acompanhamento integral dos estudantes;- Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda;- Viabilizar o acesso a programas, projetos, serviços e benefícios sociais aos estudantes e suas famílias por meio de rede intersetorial no território, fortalecendo a permanência escolar;- Realizar assessoria técnica junto à gestão escolar, bem como participar dos espaços coletivos de decisões;- Contribuir em programas, projetos e ações desenvolvidos na escola que se relacionem com a área de atuação;- Contribuir na formação continuada de profissionais da rede pública de educação básica.- Assegurar o direito de acesso e de permanência na unidade escolar;- Apoiar a comunidade escolar no acesso às políticas públicas, buscando o desenvolvimento integral da criança/estudante;- Atuar em processos de ingresso, regresso, permanência e conclusão dos estudos da criança/estudante;- Ampliar e fortalecer a participação familiar e comunitária em projetos oferecidos pelo sistema de ensino ou em parcerias com outros serviços;- Viabilizar o direito à educação básica das crianças/ estudantes com deficiência, transtornos mentais, transtorno do espectro autista - TEA e altas habilidades ou superdotação, jovens e adultos, pessoas em privação de liberdade, estudantes internados para tratamento de saúde por longo período, em contextos urbanos, rurais, comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas;- Promover a valorização do trabalho de professores e dos demais profissionais da rede pública municipal de educação básica;- Propor estratégias de intervenção em dificuldades escolares relacionadas a situações de violência, uso abusivo de álcool e outras drogas, gravidez na adolescência, vulnerabilidade social entre outros;- Acompanhar famílias em situações de vulnerabilidades e violações de direitos humanos e sociais;- Articular a rede de serviços para assegurar proteção de mulheres, crianças, adolescentes, idosos, vítimas de violência doméstica, de intimidação sistemática (bullying);- Oferecer programas de orientação e apoio às famílias mediante articulação das políticas de educação, saúde, assistência social e cultura e lazer;



CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS

MINAS GERAIS

DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	DESCRIÇÃO SUMÁRIA	ATRIBUIÇÕES DO CARGO
		<ul style="list-style-type: none">- Monitorar o acesso, a permanência e o aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda;- Incentivar o reconhecimento do território no processo de articulação do estabelecimento de ensino e demais instituições públicas, privadas, organizações comunitárias locais e movimentos sociais;- Promover ações de combate ao racismo, sexismo, LGBTQIA+Fobia, discriminação social, cultural, religiosa;- Estimular a organização estudantil em estabelecimentos de ensino e na comunidade por meio de grêmios, conselhos, comissões, fóruns, grupos de trabalhos, associações, federações e demais formas de participação social;- Contribuir para o fortalecimento da gestão democrática das instituições de ensino;- Divulgar o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto da Igualdade Racial, o Estatuto da Juventude, o Estatuto do Idoso, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, a legislação social em vigor e as políticas públicas, contribuindo para a formação e o exercício da cidadania da criança/estudante e da comunidade escolar;- Acompanhar o adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas e a respectiva família na consecução de objetivos educacionais;- Fortalecer a cultura de promoção da saúde integral das pessoas como preconiza a Organização Mundial da Saúde - OMS;- Apoiar o preparo básico para inserção do estudante no ensino superior, no mundo do trabalho e na formação profissional continuada;- Contribuir na formação continuada de profissionais da educação.- Contribuir para a garantia do direito à educação, bem como o direito ao acesso e permanência na unidade escolar, com a finalidade da formação das crianças/estudantes para o exercício da cidadania, ingresso no ensino superior, preparação para o mundo do trabalho e sua participação na sociedade;- Subsidiar a elaboração de projetos pedagógicos, planos e estratégias, a partir de conhecimentos de políticas sociais, bem como do exercício e da defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;- Contribuir para a garantia da qualidade dos serviços aos estudantes, visando o pleno desenvolvimento da criança e do adolescente e sua formação como sujeitos de direitos;- Participar da elaboração, execução e avaliação de políticas públicas voltadas à educação;- contribuir no processo de ensino-aprendizagem de modo a assegurar a universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;- Contribuir no fortalecimento da relação da unidade escolar com a família e a comunidade, na perspectiva de ampliar a sua participação na unidade escolar;- Aprimorar a relação entre a unidade escolar, a família e a comunidade de modo a promover a eliminação de todas as formas de preconceito;- Intervir e orientar situações de dificuldades no processo de ensino- aprendizagem, evasão escolar, atendimento educacional especializado;- Contribuir com o processo de inclusão e permanência das crianças/estudantes com necessidades educacionais especiais na perspectiva da inclusão escolar;



CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS

MINAS GERAIS

DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	DESCRIÇÃO SUMÁRIA	ATRIBUIÇÕES DO CARGO
		<ul style="list-style-type: none"> - Criar estratégias de intervenção frente a impasses e dificuldades escolares que se apresentam a partir de situações de violência, uso abusivo de drogas, gravidez na adolescência, assim como situações de vulnerabilidade, reflexos da questão social que perpassam o cotidiano escolar; - Atuar junto às famílias no enfrentamento das situações de vulnerabilidade, violação e não acesso aos direitos humanos e sociais, como a própria educação; - Favorecer o processo de inclusão e permanência da criança / estudante com necessidades educacionais especiais; - Fortalecer e articular parcerias com as equipes dos Conselhos Tutelares, CRAS, CREAS, unidades de saúde, movimentos sociais dentre outras instituições, além de espaços de controle social para viabilizar o atendimento e acompanhamento integral da criança/ estudante; - Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda; - Viabilizar o acesso a programas, projetos, serviços e benefícios sociais às crianças/estudantes e suas famílias por meio de rede intersetorial no território, fortalecendo a permanência escolar; - Realizar assessoria técnica junto à gestão escolar, bem como participar dos espaços coletivos de decisões; - Contribuir em programas, projetos e ações desenvolvidos na unidade escolar que se relacionem com a área de atuação; - Contribuir na formação continuada de profissionais da rede pública municipal de educação básica; - Participar de ações que promovam a acessibilidade.
Psicólogo da Educação	Atividade de nível superior de grande complexidade envolvendo execução qualificada, de planejamento, coordenação, orientação e intervenções necessárias ao suporte da ação educativa, pedagógica e atendimento aos educandos, familiares e profissionais das unidades educacionais, compondo a Equipe Multiprofissional da rede pública de educação básica.	<ul style="list-style-type: none"> - Subsidiar a elaboração de projetos pedagógicos, planos e estratégias a partir de conhecimentos da Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem - Participar da elaboração, execução e avaliação de políticas públicas voltadas à educação; - Contribuir para a promoção dos processos de aprendizagem, buscando, juntamente com as equipes pedagógicas, garantir o direito a inclusão de todas as crianças e adolescentes; - Orientar nos casos de dificuldades nos processos de escolarização; - Realizar avaliação psicológica ante as necessidades específicas identificadas no processo ensino-aprendizado; - Auxiliar equipes da rede pública de educação básica na integração comunitária entre a escola, o estudante e a família; - Contribuir na formação continuada de profissionais da educação; - Contribuir em programas e projetos desenvolvidos na escola; - Colaborar com ações de enfrentamento à violência e aos preconceitos na escola; <ul style="list-style-type: none"> - Propor articulação intersetorial no território, visando à integralidade de atendimento ao município, o apoio às Unidades Educacionais e o fortalecimento da Rede de Proteção Social; - Promover ações voltadas à escolarização do público da educação especial; - Promover relações colaborativas no âmbito da equipe multiprofissional e entre a escola e a comunidade; - Promover ações voltadas à escolarização do público da educação especial; - Promover ações de acessibilidade; - Propor ações, juntamente com professores, pedagogos, alunos e pais, funcionários técnico-



CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS

MINAS GERAIS

DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	DESCRIÇÃO SUMÁRIA	ATRIBUIÇÕES DO CARGO
		<p>administrativos e serviços gerais e a sociedade de forma ampla, visando a melhorias nas condições de ensino, considerando a estrutura física das escolas, o desenvolvimento da prática docente, a qualidade do ensino, entre outras condições objetivas que permeiam o ensinar e o aprender;</p> <ul style="list-style-type: none">- Avaliar condições sócio históricas presentes na transmissão e apropriação de conhecimentos- Assegurar o direito de acesso e de permanência na unidade escolar;- Apoiar a comunidade escolar no acesso às políticas públicas, buscando o desenvolvimento integral da criança/estudante;- Atuar em processos de ingresso, regresso, permanência e conclusão dos estudos da criança/estudante;- Ampliar e fortalecer a participação familiar e comunitária em projetos oferecidos pelo sistema de ensino ou em parcerias com outros serviços;- Viabilizar o direito à educação básica das crianças/ estudantes com deficiência, transtornos mentais, transtorno do espectro autista - TEA e altas habilidades ou superdotação, jovens e adultos, pessoas em privação de liberdade, estudantes internados para tratamento de saúde por longo período, em contextos urbanos, rurais, comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas;- Promover a valorização do trabalho de professores e dos demais profissionais da rede pública municipal de educação básica;- propor estratégias de intervenção em dificuldades escolares relacionadas a situações de violência, uso abusivo de álcool e outras drogas, gravidez na adolescência, vulnerabilidade social entre outros;- acompanhar famílias em situações de vulnerabilidades e violações de direitos humanos e sociais;- Articular a rede de serviços para assegurar proteção de mulheres, crianças, adolescentes, idosos, vítimas de violência doméstica, de intimidação sistemática (bullying);- Oferecer programas de orientação e apoio às famílias mediante articulação das políticas de educação, saúde, assistência social e cultura e lazer;- Monitorar o acesso, a permanência e o aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda;- Incentivar o reconhecimento do território no processo de articulação do estabelecimento de ensino e demais instituições públicas, privadas, organizações comunitárias locais e movimentos sociais;- Promover ações de combate ao racismo, sexismo, LGBTQIA+Fobia, discriminação social, cultural, religiosa;- Estimular a organização estudantil em estabelecimentos de ensino e na comunidade por meio de grêmios, conselhos, comissões, fóruns, grupos de trabalhos, associações, federações e demais formas de participação social;- Contribuir para o fortalecimento da gestão democrática das instituições de ensino;- Divulgar o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto da Igualdade Racial, o Estatuto da Juventude, o Estatuto do Idoso, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, a legislação social em vigor e as políticas públicas, contribuindo para a formação e o exercício da cidadania da criança/estudante e da comunidade escolar;- Acompanhar o adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas e a respectiva família na consecução de objetivos educacionais;



CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS

MINAS GERAIS

DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	DESCRIÇÃO SUMÁRIA	ATRIBUIÇÕES DO CARGO
		<ul style="list-style-type: none"> - Fortalecer a cultura de promoção da saúde integral das pessoas como preconiza a Organização Mundial da Saúde - OMS; - Apoiar o preparo básico para inserção do estudante no ensino superior, no mundo do trabalho e na formação profissional continuada; - Contribuir na formação continuada de profissionais da educação. - Contribuir com a elaboração de projetos pedagógicos, planos e estratégias a partir de conhecimentos do campo da Psicologia; - Participar da elaboração, execução e avaliação de políticas públicas voltadas à educação; - Contribuir para a promoção dos processos de aprendizagem, buscando, juntamente com as equipes pedagógicas, garantir o direito a inclusão de todas as crianças e adolescentes; <ul style="list-style-type: none"> - Orientar ações e estratégias voltadas a casos de dificuldades nos processos de ensino-aprendizagem, evasão escolar, atendimento educacional especializado; - Realizar avaliação psicológica caso verifique necessidades específicas identificadas no processo educativo e realizar os devidos encaminhamentos considerando os fenômenos envolvidos. - Auxiliar equipes da rede pública municipal de educação básica na integração comunitária entre a unidade escolar, a criança/ estudante e a família; - Contribuir na formação continuada de profissionais da educação; - Participar da elaboração de projetos de educação e orientação profissional; - Contribuir em programas e projetos desenvolvidos na unidade escolar; - Promover relações colaborativas no âmbito da equipe multiprofissional e entre a unidade escolar e a comunidade; - Colaborar com ações de enfrentamento relativas à violência, preconceitos, patologização, medicalização e judicialização na unidade escolar; - Propor articulação intersetorial no território, visando à integralidade de atendimento ao município, o apoio às Unidades Educacionais e o fortalecimento da Rede de Proteção Social; - Promover ações voltadas à escolarização do público da educação especial; - Promover ações de acessibilidade; - Propor ações, juntamente com professores, pedagogos, crianças/estudantes e pais, funcionários técnico-administrativos e serviços gerais e a sociedade de forma ampla, visando melhorias nas condições de ensino, considerando a estrutura física das unidades escolares, o desenvolvimento da prática docente, a qualidade do ensino, entre outras condições objetivas que permeiam o ensinar e o aprender; - Avaliar condições sócio-históricas presentes na transmissão e apropriação de conhecimentos.

Art. 11. Fica acrescido no Anexo IV (Tabela de Vencimentos e Grau Hierárquico), da Classe 02 (Cargos de Provimento Efetivo) da Lei 7.290, de 16 de fevereiro de 2011, os cargos de Assistente Social e de Psicólogo, estabelecendo o GH – Grau Hierárquico, o cargo, o Nível e a Escolaridade, nos termos do Anexo Único desta Lei.



CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS

MINAS GERAIS

Art. 12. Fica acrescido ao Anexo V da Lei 7.290, de 16 de fevereiro de 2011, os cargos de Assistente Social e de Psicólogo, estabelecendo a carga horária, o número de vagas e a progressão vertical, com a seguinte redação:

CLASSIFICAÇÃO, QUANTIFICAÇÃO, ENQUADRAMENTO HIERÁRQUICO, CARGA HORÁRIA, PROMOÇÃO POR FORMAÇÃO ESCOLAR, CARGOS EFETIVOS, RECRUTAMENTO CONCURSO PÚBLICO.				
GRAU HIERÁRQUICO	GRUPO	CARGOS	CARGA HORÁRIA MÊS	VAGAS
33 - E	A	ASSISTENTE SOCIAL DA EDUCAÇÃO Curso superior completo: bacharel em Serviço Social e registro no órgão competente	100 h	50
33 - E	B	ASSISTENTE SOCIAL DA EDUCAÇÃO Pós-Graduação na área da educação em instituição autorizada pelo MEC	100 h	
33 - E	C	ASSISTENTE SOCIAL DA EDUCAÇÃO Mestrado na área da educação em instituição autorizada pelo MEC	100 h	
33 - E	D	ASSISTENTE SOCIAL DA EDUCAÇÃO Doutorado na área da educação em instituição autorizada pelo MEC	100 h	
34 - E	A	PSICÓLOGO DA EDUCAÇÃO Curso Superior Completo- Bacharel em Psicologia e registro no órgão competente	100 h	50
34 - E	B	PSICÓLOGO DA EDUCAÇÃO Pós-Graduação na área da educação em instituição autorizada pelo MEC	100 h	
34 - E	C	PSICÓLOGO DA EDUCAÇÃO Mestrado na área da educação em instituição autorizada pelo MEC	100 h	
34 - E	D	PSICÓLOGO DA EDUCAÇÃO Doutorado na área da educação em instituição autorizada pelo MEC	100 h	

Art. 13 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Divinópolis, 28 de novembro de 2023.

Vereador Israel da Farmácia
Presidente da Câmara em exercício

Vereador Zé Braz
1º Secretário



CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS

MINAS GERAIS

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº CM-104/2023

Fica o Município obrigado a publicar no site oficial da Prefeitura de Divinópolis/MG, demonstrativos de arrecadação e de destinação dos recursos decorrentes da aplicação de multas de transito.

O Povo do Município de Divinópolis, por seus representantes legais, aprova e eu, na qualidade de Prefeito Municipal, em seu nome sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município obrigado a publicar mensalmente no site oficial da Prefeitura de Divinópolis, demonstrativos de arrecadação e de destinação dos recursos decorrentes da aplicação de multas de transito, derivados do sistema de fiscalização e de controle da Secretaria Municipal de Transito de Divinópolis - SETTRANS.

Art. 2º O Demonstrativo de Arrecadação e de Destinação dos Recursos Decorrentes da Aplicação de Multas de Trânsito consistirá de relatório, entre outros, e deverá conter as seguintes informações:

I - o numero total de infrações de transito aplicadas por :

a) equipamentos eletrônicos de fiscalização;
b) agentes de trânsito, para as infrações realizadas por anotação ou por meio de aplicativo;

II - valor total arrecadado com multas de trânsito;

III - valor total destinado à educação de trânsito;

IV - valor total destinado à saúde;

V - valor total destinado ao custeio das atividades de trânsito;

VI - valor total destinado a outras destinações, com a informação do valor individualizado do repasse a cada destinação.



CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS

MINAS GERAIS

Art. 3º O Demonstrativo de Arrecadação e de Destinação dos Recursos Decorrentes da Aplicação de Multas de Trânsito deverá ser publicado no site oficial da Prefeitura de Divinópolis até o dia 15 de cada mês.

Art. 4º O Poder Executivo Municipal promoverá a regulamentação dessa Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Divinópolis, 28 de novembro de 2023.

Vereador Israel da Farmácia
Presidente da Câmara em exercício

Vereador Zé Braz
1º Secretário



CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS

MINAS GERAIS

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº CM-109/2023

Institui a “Semana Municipal das Altas Habilidades/Superdotação” a ser celebrada anualmente na semana do dia 10 de agosto.

O povo do Município de Divinópolis, por seus representantes legais, aprova e eu, na qualidade de Prefeito Municipal, em seu nome sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica incluída a “Semana Municipal das Altas Habilidades/Superdotação” a ser celebrada anualmente na semana do dia 10 de agosto.

Art. 2º As crianças e adolescentes abrangidos por esta Lei terão atendimento prioritário nos órgãos municipais encarregados do atendimento educacional, de saúde e de assistência social e nos serviços que integram a Rede de Proteção às Mulheres em Situação de Violência do Município.

Art. 3º Caberá ao Poder Executivo regulamentar a presente Lei em todos os aspectos necessários para sua efetiva aplicação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Divinópolis, 28 de novembro de 2023.

Vereador Israel da Farmácia
Presidente da Câmara em exercício

Vereador Zé Braz
1º Secretário



CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS

MINAS GERAIS

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº CM-137/2023

Dispõe sobre a obrigatoriedade de fixação de placas informativas ou comunicados nas unidades públicas e privadas de saúde situadas no Município de Divinópolis, que versem sobre a entrega legal, instituída pela Lei nº 13.509, de 22 de novembro de 2017.

O Povo do Município de Divinópolis, por seus representantes legais, aprova e eu, na qualidade de Prefeito Municipal, em seu nome sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a obrigatoriedade de fixação de placas informativas ou comunicados nas unidades públicas e privadas de saúde situadas no Município de Divinópolis, que versem sobre a entrega legal, instituída pela Lei nº 13.509, de 22 de novembro de 2017.

Art. 2º Todas as unidades públicas e privadas de saúde situadas no Município de Divinópolis devem manter afixadas placas informativas ou comunicados, em locais de fácil visualização, com os seguintes dizeres: "A entrega de filho para adoção, mesmo durante a gravidez, não constitui crime. Caso você queira fazê-la, ou conheça alguém nesta situação, procure a justiça da infância e da juventude. Além de legal, o procedimento é sigiloso. Lei nº 13.509, de 2017".

Parágrafo único. As placas informativas ou comunicados previstos no caput devem conter ainda o endereço e telefone atualizado do Juizado da Infância e da Juventude.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Divinópolis, 28 de novembro de 2023.

Vereador Israel da Farmácia
Presidente da Câmara em exercício

Vereador Zé Braz
1º Secretário



CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS

MINAS GERAIS

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº CM-158/2023

Declara de utilidade pública a “Associação Vem Viver”, com sede e foro neste Município.

O povo do Município de Divinópolis, por seus representantes legais, aprova e eu, na qualidade de Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a “Associação Vem Viver”, nome fantasia - Projeto Vem Viver, número de inscrição no CNPJ 45.522.999/0001-77, com sede e foro neste Município.

Art. 2º Fica a entidade declarada de utilidade pública no artigo anterior, obrigada remeter à Câmara Municipal de Divinópolis, anualmente até o dia 30 junho, relatório de suas atividades, dando destaque aos serviços prestado à comunidade no ano anterior, acompanhando do balanço de receita e despesas, confeccionado em documento próprio da entidade, bem como cópia da ata da Diretoria em exercício, sendo assinada pelos seus representantes legais, Presidente, 1º Tesoureiro, 1º Secretário e o Conselho Fiscal Efetivo, que responderão pelas informações prestadas relativas ao período.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Divinópolis, 28 de novembro de 2023.

Vereador Israel da Farmácia
Presidente da Câmara em exercício

Vereador Zé Braz
1º Secretário